

Análise das transformações curriculares na disciplina de história, nos períodos de 1970 a 1990, e o livro didático, adotado nas escolas estaduais “Júlio Muller” e “Alfredo José da Silva”, Barra do Bugres/MT.

(Analysis of curricular transformations in the history discipline, from 1970 to 1990, and the didactic textbook, adopted at the state schools "Júlio Muller" and "Alfredo José da Silva", Barra do Bugres/MT.)

Relindes Dalva de Assis
Bolsista da FAPEMAT UNEMAT.

Páginas 77-91

Fecha recepción: 11-11-2017

Fecha aceptación: 01-12-2017

Resumo.

A pesquisa de doutorado buscou averiguar as influências que os tempos políticos tiveram sobre o currículo e os livros didáticos, tendo como objetivo a análise dessas influências bem como a mudança do currículo e do livro didático. A método utilizado teve cunho qualitativo a histórica, do tipo descritiva o modelo longitudinal, buscou descrever preservando os eventos do passados, percorrendo vários momentos históricos, tendo o livro didático como objeto de estudo. Para a coleta de dados utilizou-se os livros didáticos utilizados entre 1970 a 1990 nas Escolas Estaduais “Alfredo Jose da Silva” e “Júlio Muller” referentes aos 5^{as} e 6^{as} anos do Fundamental e 1^o ano do Ensino Médio na cidade de Barra do Bugres no Estado de Mato Grosso-Brazil. Contudo, evidenciou-se que as transformações políticas influenciaram o currículo e os livros didáticos nas décadas de 1970 a 1990, enfim, que cada momento tem sua história que precisa ser conhecida e entendida.

Palavras chave: Tempos; política; livro didático; história; currículo

Abstract.

The doctoral research sought to ascertain the influences that the political times had on the curriculum and the didactic books, aiming at the analysis of these influences as well as the change of the curriculum and the textbook. The method used was qualitative and historical, from the descriptive type to the longitudinal model, which sought to describe and preserve past events, going through several historical moments, and having the didactic book as object of study. Data collection was used from 1970 to 1990 in the State Schools "Alfredo Jose da Silva" and "Júlio Muller" referring to the 5th and 6th years of Elementary and 1st year of Secondary Education in the city of Barra do Bugres in the State of Mato Grosso-Brazil. However, it was evidenced that the political transformations influenced the curriculum and textbooks in the decades of 1970 to 1990, that every moment has its history that must be known and understood.

Keywords: time; policy; textbook; history; curriculum

1.-Introdução.

Analisar as transformações políticas que tiveram influência no currículo e no livro didático na disciplina de História, nas décadas de 1970 a 1990, quanto a Ditadura Militar, contidas nos livros didáticos, em razão do momento histórico; Identificando as influências políticas no conteúdo dos livros didáticos em função das mudanças das grades curriculares da disciplina de história nos períodos;

Ao verificar que este período histórico deixou muitas lacunas para o aprendizado, justifica-se este trabalho de análise por querer mostrar um período de grande interesse histórico literário, e não haver na cidade de Barra do Bugres no Estado de Mato Grosso, pesquisa sobre essa análise reflexiva dos conteúdos dos livros didáticos de história, e das mudanças ocorridas nas grades curriculares da disciplina de história, devendo contribuir na ampliação de conhecimentos e aquisição do saber histórico acerca de um período que até o momento ainda gera grandes interrogações.

Após todo o exposto foi possível perguntar se as transformações políticas do período da ditadura Militar, exerceram influência nas grades curriculares e nos livros didáticos da disciplina de história, nas décadas de 1970 a 1990 no município de Barra do Bugres-MT? A investigação será histórica descritiva analítica longitudinal porque analisaremos os livros didáticos nas décadas de 1970 a 1990, descrevendo as áreas de ensino que abrangem e fazendo relação acerca do conteúdo dos mesmos, quanto ao período da ditadura militar, o trabalho será descritivo porque colocará em evidência as causas históricas que influenciaram as mudanças nas grades curriculares, sem a pretensão de tecer julgamentos quanto ao que ocorreu no período.

Diante dessas colocações o estudo analisou criticamente, dentro de uma corrente dialética, a positivista, movimento que se desenvolveu na segunda metade do século XIX, e como corrente filosófica ganhou força na Europa no mesmo período, chegando ao Brasil no começo do século XX.

Deste modo, se pesquisou os livros didáticos usados nas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio "Alfredo José da Silva" e "Júlio Muller", na cidade de Barra do Bugres no Estado de Mato Grosso, que foram escolhidas por possuírem as características necessárias, como terem sido construídas entre 1960 e 1970, para a pesquisa que engloba as décadas de 1970 a 1990. Reconhecido como um período de grande importância para preencher a lacuna deixada na história e como vem contribuindo para fazer da educação o que ela é hoje, e quais as influências que tiveram esses tempos políticos no currículo e nos livros didáticos da disciplina de História?

Tendo como hipótese se as transformações políticas, exerceram influência nas grades curriculares e nos livros didáticos da disciplina de história. E que a educação no período pós regime militar mostram reflexos insustentáveis de um período em que ela foi tratada com "indiferença", apenas com objetivo de camuflar a verdadeira face do poder, e suas mazelas podem ser sentidas até a década de 90. Os livros didáticos

foram validados pelos professores da área de história das 5^{as} e 6^{as}. Anos do ensino fundamental que estudam as matérias referentes ao período da ditadura militar.

2.-Currículo.

Assim, se investigou a criação das leis da educação, e sua influência na concepção do currículo da História do Brasil, com a evolução no Livro Didático, nas décadas de 1970 a 1990. Bem como o conteúdo metodológico que norteou a pesquisa, a análise dos resultados, e as considerações finais e recomendações acerca da problemática levantada. Conforme o dicionário Houaiss, currículo é definido como “programação de um curso ou de matéria a ser examinada”. O Dicionário Interativo da Educação Brasileira, define currículo como o “Conjunto de disciplinas sobre um determinado curso ou programa de ensino ou a trajetória de um indivíduo para o seu aperfeiçoamento profissional”.

A discussão sobre o currículo leva-nos a questão central desta pesquisa que é a análise descritiva e crítica dentro de uma corrente dialética das transformações históricas que exerceram influência nas mudanças das grades curriculares das disciplinas de história nas décadas de 70 a 90 que buscavam garantir o consenso, mas qual consenso? O do poder? E a hegemonia, que hegemonia? a da identidade? Do conhecimento? Devemos procurar responde-las através desta pesquisa e será como montar narrativas hegemônicas de identidade que constituam o currículo para concebê-lo como histórico, contingente e relacional.

Se percorrermos historicamente a teoria curricular, podemos analisar o currículo escolar a partir de dois grandes eixos: as concepções tradicionais ou conservadoras e as concepções críticas, com origem nos Estados Unidos, tanto as visões conservadoras como as críticas influenciaram sobremaneira o campo do currículo no Brasil. (Tomaz Tadeu, 2010, p. 65). Essas concepções de currículo frente a relação educação e sociedade, visam adaptar a escola e o currículo à ordem capitalista, com base nos princípios de ordem, racionalidade e eficiência. Sendo assim, as questões centrais do currículo foram os processos de seleção e organização do conteúdo e das atividades, privilegiando um planejamento rigoroso, baseado em teorias científicas do processo ensino-aprendizagem. (Aranha, 2006, p.198).

2.1.-Currículo:Teorias críticas.

No final da década de 60 e na década de 70, desenvolvem-se, nos Estados Unidos e na Inglaterra, estudos no campo do currículo que inauguram a teoria crítica. Os teóricos, críticos à realidade marcada pelas injustiças e desigualdades sociais, empenharam-se em denunciar o papel da escola e do currículo na reprodução da estrutura social e apontar caminhos para a construção de uma escola e um currículo afinados com os interesses dos grupos oprimidos (Zotti, 2004). Duas correntes têm sido mais divulgadas e influentes no campo da teoria curricular crítica no Brasil: a Sociologia do Currículo, com origem nos Estados Unidos, e a Nova Sociologia do Currículo, com origem na Inglaterra (Tomaz Tadeu, 2010, p. 65).

A partir da década de 90, grande parte da produção tem sido influenciada pelo pensamento pós-moderno, com ênfase na análise da relação entre currículo e construção de identidades e subjetividades. Esta linha de trabalho está presente em Giroux, McLaren, Cherryholmes e Popkewitz, eles defendem que o currículo constrói identidades e subjetividades, uma vez que, junto com os conteúdos das disciplinas escolares, se adquirem na escola valores, pensamentos e perspectivas de uma determinada época ou sociedade. Por isso, os estudos sobre a cultura escolar, a cultura que a escola privilegia, as diferenças culturais dos grupos sociais e as relações entre esses elementos têm sido preocupações crescentes no campo curricular. Os estudos multiculturais enfatizam a necessidade do currículo “dar voz” às culturas excluídas, “negadas ou silenciadas”. No estudo do currículo multicultural, destacam-se Sacristán, Giroux, Moreira, Silva, McLaren, Santomé (Solange Zotti, 2004, p. 108).

2.2.-Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), foi criada em 1961, após 30 anos de estudo do primeiro manifesto para a educação, e do Artigo 150 da Constituição Brasileira de 1934, que declarava ser competência da União “fixar o Plano Anual de Educação”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 4024/61, estabeleceu um currículo básico para todo o território nacional e manteve a estrutura tradicional de ensino das legislações anteriores. Uma grande contribuição da Lei 4024 foi a estruturação da educação primária, pois a política educacional do país até o momento não havia traçado planos e diretrizes para esse nível de ensino. Já a Lei 5692/71, além de promover alterações na estrutura organizacional da educação nacional, foi bastante clara quanto à determinação e ordenação dos períodos, series, faixas ou etapas a serem vencidas pelos alunos para completar seus estudos, em todos os graus de ensino.

A partir do século XX, a educação tem uma pedagogia tributária da psicologia, sociologia e outras ciências como economia, linguística, antropologia, aumentando a pressão para a inclusão da cultura científica como parte do conteúdo a ser ensinado. Ela passa por todos os teóricos da época e mostra o Brasil como um desafio da educação, pois os educadores, como Arruda Aranha diz, introduzem o pensamento liberal democrático, defendendo a escola pública para todos, com o fim de construir uma sociedade igualitária, e sem privilégios, colocando Paulo Freire como um dos grandes teóricos da época que se embasa numa teologia libertadora, preocupada com o contraste entre a pobreza e a riqueza que gera privilégios, que mostra em sua obra uma abordagem dialética da realidade, cujos determinantes se encontram nos fatores econômicos, políticos e sociais, e que a educação é um processo que se estabelece no contato do homem com o mundo vivido (Aranha, 2006. P. 206).

Na década de 70, Arruda Aranha (2006) coloca que a população teórica dos críticos-productivistas, que desfazem as ilusões da escola como veículo de democratização, com ela diversos autores no Brasil se empenham em fazer a releitura do fracasso

escolar, procurando tentar reverter o quadro de desorganização que torna uma escola excludente, com altos índices de analfabetismo, evasão, repetência, e ainda seletiva. Décadas 60 e 70 o tecnicismo invade a educação brasileira, com a influência do Behaviorismo a tecnologia educacional defende a ideia de que o ensino deveria ser objetivo e operacionalizado, regido por princípios de racionalidade, eficiência e produtividade (id. p.213). A partir dos anos 70 entra em voga o construtivismo de Piaget quando determina o momento em que cada conteúdo deve ser repassado ao aluno, de acordo com suas possibilidades mentais, intelectuais e afetivas. (Id, p.184).

Nesse momento, a abordagem sócio histórica de Vygotsky, quando diz que para se atingir o nível superior de reflexão, do conhecimento abstrato do mundo, o homem começa no seu dia a dia, desde o berço até o momento de formulação de conceitos, através do conhecimento dos símbolos, coloca também que a discussão é o meio para levar a reflexão, são dois movimentos teóricos que convivem com as críticas sociológicas ao Escolanovismo e tecnicismo anterior, que estão superadas tendo em vista a necessidade do momento, homens que tenham ideias criativas e inovadoras contra uma escola com educação voltada para a memorização e somente transmissão de conteúdo. (id. p.184).

Com o contexto histórico da Ditadura Militar promulga-se uma nova constituição em 24 de janeiro de 1967, ela criava um Estado de domínio do Poder Executivo, de amplos poderes ao capital, com restrições ao trabalho, sem direito a greves, estimulando o trabalho infantil, reduzindo a idade legal para trabalhar para doze anos, o que gerou impossibilidade de frequências às aulas, caminhando para mudanças no setor educacional. No dia 13 de dezembro de 1968, foi baixado o Ato Institucional n° 5 (AI 5) onde os “escrúpulos de consciência” foram esquecidos, conforme palavras do Coronel Jarbas Passarinho, futuro ministro da Educação do Governo do General Médici (Germano (1993, p.66).

Ainda, Germano (1993), a educação se transforma em arma de reestruturação tendo em vista que se fazem necessárias mudanças nas bases ideológicas do País, que vem de um período monárquico escravista, para república militarista, mudanças essas em todos os setores, desde industriais até educação moral, cívica e física, tinha objetivos grandiosos quanto a criação de espírito nacional e regulação econômica e das instituições estatais. Todas essas implantações tinham por objetivo criar um Estado forte, poderoso, que dependia da existência da ordem do disciplinamento do corpo social e da segurança nacional.

A preocupação com a disciplina do alunado foi demonstrada na Reforma Universitária (Lei n° 5692/71) também foi considerada e manifestaram-se por meio do artigo 7° que regulamentou a obrigatoriedade das disciplinas de Educação Moral e Cívica, no fundamental, Organização Social e Política, no ensino médio e Estudos de Problemas Brasileiros, no Ensino Superior, disciplinas que tiveram formas explícitas de controle moral e na punição de estudantes indesejáveis ao regime militar, por meio do Decreto 477 de 69.

A Lei nº 5692/71, ao propor a totalidade do ensino profissionalizante relacionada na bifurcação entre ideologia tecnicista e controle tecnocrático que no seu bojo levou ao esvaziamento da dimensão política da educação tratando-a como questão exclusivamente técnica, alcançando, com isso, a manutenção da classe trabalhadora em baixos níveis de ensino, pois não havia laboratórios, oficinas e infraestrutura adequada para a formação dos técnicos requeridos pela força da Lei, forçando a sua marginalização.

A tendência tecnicista adotada nesse período pelas reformas educacionais, com ênfase nas disciplinas técnicas deixando de lado a formação crítica, mesmo porque foi excluída do currículo a matéria de filosofia e diminuída a carga horária de literatura, história, geografia e artes, levando o aluno a ser técnico e não preparado para pensar (Arruda aranha, 2006).

Na estrutura da história, podemos entender o livro didático como um registro dos ensinamentos dos grandes mestres para repassá-los aos estudantes, isso o torna diferente de qualquer outra forma de leitura ou texto, seu objetivo, ex/intrínseco era o de ensinar, no primeiro momento era privilégio de poucos mestres e alunos, por ser exemplares únicos e raríssimos. Com o advento dos filósofos, como Sócrates, que conseguiam repassar seus ensinamentos através de intercâmbio de ideias, obrigando os estudantes a refletir e questionar, não apenas escutar, aceitar e repetir vai haver um interesse maior por obras escritas. Cada período histórico conseguiu manter seus escritos, ou mesmo transmitir o conhecimento de todo jeito como no século XVIII que eram usadas lousas ao invés de cadernos, e os textos eram lidos e relidos até a memorização de todo conteúdo.

Livro didático de caráter pedagógico, surgiu como complemento aos livros clássicos, utilizados na escola, inicialmente buscando ajudar na alfabetização e na divulgação das ciências, história e filosofia. Inicialmente publicado por iniciativa individual de alguns autores educadores. Foi encampado como iniciativa do Estado, durante o governo Getúlio Vargas gestão do Ministro da Educação Gustavo Capanema, em 1938, instituiu a Comissão Nacional do Livro Didático (saviano 2002, p.30).

Em 1945, Pelo Decreto-Lei nº 8.460, de 26/12/45, o Estado consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático, restringindo ao professor a escolha do livro a ser utilizado pelos alunos, conforme definido no art. 5º. “Havia certa liberdade na escolha por parte dos diretores das escolas primárias dos livros didáticos que poderiam ser usados de uso autorizado” (Artigo MEC: O Programa Nacional do Livro didático no Brasil) nas escolas, desde que constassem da “relação oficial das obras”.

3.-Metodologia.

A pesquisa se utilizou do método qualitativo bibliográfico e analítica dos livros didáticos da área de história que trazem subsídios referente ao período pretendido. Teremos uma amostra, por conveniência, a disciplina de História do Brasil que aborda a questão da Ditadura Militar, livros adotados pelas escolas públicas

Estaduais do 5º ao 7º anos do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio, no momento histórico da década de 1970 a década de 1990, para detectar as abordagens de cada período e verificar as diferenças entre eles.

As técnicas e os instrumentos usados serão descrição das análises bibliográficas e documental, dos livros didáticos. Os instrumentos usados serão análise dos livros didáticos, quanto a abordagem do autor tomando como parâmetro os temas dos fatos acontecidos durante os governos militares, após esse conhecimento estaremos organizando pontos convergentes e divergentes entre os livros didáticos, verificando essas diferenças a luz das mudanças pretendidas pelo currículo.

4.-Discussão dos Resultados.

Na Ditadura Militar, o livro didático teria sido considerado uma fonte privilegiada para o estudo da história das disciplinas escolares, ali estariam os conteúdos que se consolidaram como constitutivos de uma disciplina. Mais do que isso, era cada vez mais frequente o livro didático apresentar uma estrutura que já organizava os conteúdos em unidades que simulavam uma aula, com respectivas atividades, exercícios e avaliações. Acompanhar as sucessivas edições de livros didáticos possibilitava, então, traçar a evolução das disciplinas escolares.

E de acordo com a política de repressão da época os livros didáticos continham apenas o que era permitido por Lei. No ano de 1970, a Portaria nº 35, de 11/3/1970, do Ministério da Educação programa o sistema de coedição de livros com as editoras nacionais, com recursos do Instituto Nacional do Livro (INL). Que em 1971 passou a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), assumindo as atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros até então a cargo da COLTED. A contrapartida das Unidades da Federação torna-se necessária com o término do convênio MEC/USAID, efetivando-se com a implantação do sistema de contribuição financeira das unidades federadas para o Fundo do Livro Didático.

a).-Livro e a imposição do regime militar.

Seguindo a política da época, somente as cidades “populosas” eram contempladas com livros didáticos, Barra do Bugres, era um ponto desconhecido na esfera federal, sendo apenas um “carreiro”, ou seja, lugar de passagem para a “Marcha para Oeste”, a educação era incipiente, com alguns idealizadores, desse período conseguimos apenas um livro de Educação Moral e Cívica, matéria imposta pelo regime para diminuir a carga horária das matérias de Geografia e História, esse livro conta com Parecer da Comissão Nacional de Moral e Civismo dando aprovação para a publicação do Livro da autora Lurdes Lucia de Bortoli Grot, por estar de acordo com as normas vigentes e poderiam ser adotadas nas escolas.

b).-Livro de Educação Moral e Cívica.

O livro era dividido em 15 capítulos, com instruções para serem gravadas, com desenhos e textos para o aluno aprenderem as novas noções “através do qual participe ativamente, sendo fácil de aprender”, Um conteúdo responde outro, cada

capítulo é uma repetição do anterior com algo mais a ser decorado; no final de cada capítulo colocou-se um texto de leitura sobre “instituição”, “valores humanos”, e “personagens da História”. Segundo a autora, o livro tinha como objetivo conhecer os direitos, deveres, costumes, vida material e espiritual, bem como respeito à Pátria, ao seu povo, seu governo, sua organização, suas leis e seus símbolos. Ela escolheu os escoteiros, como símbolo do livro “pois, eles agiriam sempre com total respeito à moral e ao civismo, reconhecido pelo Decreto Federal como uma instituição de educação extraescolar”. “Um movimento que tinha por objetivo participar do desenvolvimento do jovem, visando a formação de sua personalidade e o aprimoramento de suas habilidades. Congregava jovens desde a idade escolar até a adulta, fornecendo a todos eles condições para a conquista de auto-suficiência. Essa política estava de acordo com os ideais do momento. Como a mesma diz, “se o aluno conhece melhor o homem, sua moral e seu civismo, ele se sentirá cada vez mais ajustado, mais brasileiro, mais patriota e mais feliz.” De acordo com a política pregada naquele período, estava bem coerente com a necessidade do Governo Militar.

Cumprindo o objetivo proposto por Zotti, (2004) a introdução de Educação Moral e Cívica e Educação Física, obrigatórios nos currículos escolares, eram vistos como perspectiva de sua adequação aos interesses da Ditadura Militar, dando ênfase ao patriotismo, nos deveres cívicos, transformando-se em discurso ideológico e em instrumento poderoso para a manutenção da ordem (Zotti, (2004) p.149).

c).-Livro: Organização Social e Política do Brasil (OSPB).

Da década de 1980, temos o livro Organização Social e Política do Brasil (OSPB) como carimbo da CNMC (Comissão Nacional de Moral e Civismo), publicado em 1982, do autor Gilberto Cotrim, a Ditadura teve fim em 1985, estamos em 1982, e ainda seguimos os ditames da Lei 5692/1971, tendo em vista que as mudanças só vão ocorrer com Lei 9394/1996, o livro é um manual do professor, e na forma da Lei, por ter sido aprovado a descentralização da educação, a grande maioria das escolas municipais ser excluída do programa do livro didático.

O Livro de OSPB do Ensino Médio, foi organizado para tornar-se instrumento prático de consulta no planejamento e realização do curso a ser ministrado, com pressupostos pedagógicos que orientaram a elaboração desta obra, com conteúdo programático pormenorizado, para um ‘eficiente’ planejamento do ensino, com sugestões de atividades complementares, o autor espera que o professor faça o aluno refletir sobre a sociedade brasileira em evolução, e que o aluno possa pensar e motivar-se diante dos interesses do povo, suas instituições sociais, seus anseios democráticos, ou seja, as conquistas e esperanças da nação brasileira, para se conscientizar do dever de participar da obra do bem comum e da responsabilidade de todos em construir o amanhã. As datas cívicas são outros esquemas desse livro, para que ele possa chamar a atenção do aluno para este “trabalho especial”. De valorização de eventos históricos e cívicos. Traz pronto o conteúdo, objetivo e sugestões para cada capítulo, é ilustrado, “que o ajudarão a entender melhor a matéria”.

d).-Anos 80: Reflexos de mudança.

No final da década de 80, com os reflexos das mudanças políticas de transformações democráticas com o fim do regime militar algumas obras didáticas buscavam uma nova linha, a chamada História Social baseadas no NSE (Nova Sociologia da Educação), que criticava a História tradicional, o estudo agora versava para as lutas populares, o questionamento das ideologias dominante, a revelação de séculos de exploração da força de trabalho sob as mais diversas formas, buscando a compreensão do presente, como resultado de um processo, a visão da totalidade das relações nos fenômenos sociais, nessa linha podemos entender a obra acima, buscando um reordenamento na forma de apresentar o livro e sua forma de ensinar, tentando levar ao aluno, bem como aos professores, uma forma de conteúdo diferente do conhecido até a presente data, mesmo porque até 1985 o Brasil estava sob o domínio militar e não havia abertura para construir um conhecimento sem antes passar pelo crivo da comissão que bloqueava tudo que fosse contra ou “tendencioso”. A base era as questões econômicas que dominavam as transformações políticas e levavam mudanças ao conteúdo dos livros didáticos através de políticas educacionais voltadas para o poder. Como bem coloca Saviano, (2002), sobre a política que envolve a educação no Brasil e como cada Lei é negociada dentro dos objetivos do poder que está atuando no momento, baseado em interesses de uma classe, confirmado por Zotti (2004), a organização do ensino e curricular é adequada ao contexto sócio econômico e político, especialmente no sentido de garantia dos interesses dominantes.

e).-Anos 90: Políticas educacionais.

Em 1996, foi sancionada a Lei 9394/96, que buscou reestruturar o sistema educacional brasileiro, com regulamentações tanto nas áreas de formação de professores e gestão escolar quanto nas áreas de currículo, a partir do resultado de debates realizados ao longo de oito anos, especificamente entre duas propostas distintas. Uma delas envolvia debates abertos com a sociedade, defendendo maior participação da sociedade civil nos mecanismos de controle do sistema de ensino, enquanto a outra proposta resultava de articulações entre Senado e MEC, sem a participação popular, defendendo o poder sobre a educação mais centralizada. A LDB/96 é considerada a mais importante lei educacional brasileira e fundamenta as subseqüentes ações dos governantes no âmbito educacional. O Artigo 36 diz que o currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destaca na educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II – adota a metodologia de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

IV – inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio (LDB 9394/96).

Todas as mudanças envolviam o livro didático que ainda em 1996, inicia o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD (Plano Nacional do Livro

Didático), de 1997. Esse procedimento vai sendo aperfeiçoado, e continuou sendo aplicado ao longo dos anos. Os livros que apresentavam erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou discriminação de qualquer tipo eram e são excluídos do Guia do Livro Didático. E em 1997, com a extinção, em fevereiro, da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), a responsabilidade pela política de execução do PNLND é transferida integralmente para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O programa é ampliado e o Ministério da Educação passa a adquirir, de forma continuada, livros didáticos de alfabetização, língua portuguesa, matemática, ciências, estudos sociais, história e geografia para todos os alunos de 1ª a 8ª série do ensino fundamental público. Nessa conjuntura, vimos a construção dos livros de História do Brasil distribuídos para as séries do fundamental carimbados com a aprovação do FNDE e Ministério da Educação, adotado e distribuído para as escolas públicas do país.

f).-Os livros escolhidos pelas Escolas “Júlio Muller”, e “Alfredo José da Silva”, da cidade de Barra do Bugres-MT, para o ensino fundamental e médio, da década de 1990, foram verificados sobre sua abordagem os conteúdos de História acerca do Período Militar.

Para o 1º ano do Ensino Médio o livro de Silva, Francisco de Assis, História do Brasil: Colônia, Império e República. São Paulo, Moderna, 1992, na apresentação do livro o autor coloca que a obra é fruto de um momento histórico em que as liberdades democráticas permitem enveredar pelo caminho da análise crítica mais objetiva, com a pretensão de colocar a problemática social e econômica acima da análise da história política, pretendendo destruir a falsa ideologia da passividade e enfatizar a importância das camadas populares como força produtiva e que lutava e precisava ser contido por um Estado forte, o Regime Militar, para o assunto o autor reserva a parte V e o capítulo 23 com 20 páginas, onde classifica cada presidente em duros e moderados, coloca todo AI 5 (Ato Institucional 5), os feitos de cada um, a questão do silêncio, As diretrizes econômicas e o milagre brasileiro com suas desigualdades sociais e desequilíbrios, bem como a abertura política e redemocratização com os caminhos para conseguiu-la. Coloca no final do capítulo como leitura complementar “Os efeitos políticos do Riocentro” de Walter Góes, e a “Corrosão do autoritarismo pela via eleitoral” de Maria Tereza Sadek, para avaliação o autor traz perguntas fechadas para análise.

Cotrim, Gilberto. História e Consciência do Brasil 2º grau, 1ª edição, São Paulo, Saraiva, 1994, o autor apresenta o livro como uma visão clara e concisa dos principais tópicos da história brasileira, elaborado para atender a um ensino crítico, dinâmico e atualizado, Coloca ainda o capítulo 19, com 18 páginas separadas para o assunto, partindo da instalação do regime militar, como a mais longa ditadura de nossa história, passando por todos os presidentes, apresenta a situação do povo calado pela força das armas, torturas e repressão. Nos termos econômicos o autor faz um balanço socioeconômico onde coloca a dependência estrangeira como o modelo seguido, o crescimento do país e o empobrecimento do povo, a educação em crise, gerando grande inflação e dívida externa, para avaliação, o autor coloca perguntas fechadas e um texto para análise.

Outro livro analisado foi a História Memória viva. Brasil período imperial e republicano do autor Claudio Vicentino da editora Scipione, 1995. O autor, na apresentação do livro aos professores coloca que ele vai procurar elaborar um texto analítico e crítico, enfatizando o conhecimento do processo histórico longe da história tradicional, não abandonando o tradicional conhecimento histórico dos fatos e personagens, preservando criticamente esse patrimônio histórico, que, como ele coloca, esquecer esses fatos serviria mais a ignorância do que a conscientização e capacitação analítica. Este trabalho reservou 08 páginas para o assunto da ditadura militar, divididos em um mural onde são colocados imagens dos fatos ocorridos apenas com uma indicação da referência do episódio, a seguir tem o jornal da história, com manchetes dos acontecimentos como “Oposição organiza a frente ampla”, “Brasil tricampeão do mundo” “Faltaram 22 votos para aprovar as diretas” “Tancredo Neves está morto”, No texto comum encontramos o golpe de 1964, sua estrutura, problemas econômicos, a relação dos presidentes dando ênfase ao general Médici e Geisel que deram início a redemocratização. Na avaliação são feitas perguntas diretas e objetivas, deixando algumas questões para análise bem como trecho de textos para análise. Este livro, começa a mostrar diferenças quanto aos outros no sentido de fazer pensar o aluno, o que verificamos no mural e no jornal, é que eram assuntos da época da abertura política quase no final da ditadura militar.

O Livro História do Brasil, Império e Republica de Borges Hermida, Editora FTD, SP, 1996. É apresentado com uma linguagem simples e objetiva, destina-se ao ensino Moderno da História, em que fatos e personagens são sempre examinados com o rigor da crítica, como diz o autor, os fatos marcantes da história deixam de ser simplesmente objetos de exaltação cívica e passam a ser apreciados com as limitações que uma análise objetiva evidencia. Para o período do Regime Militar o autor separa o capítulo 17 com quinze páginas, onde procura mostrar as conjunturas da implantação do Regime, com problemas econômicos e políticos, bem como conflitos sociais e militares que desbarataram os movimentos e assumiram o poder, fala da repressão nos governos militares, dos brasileiros perseguidos e presos, coloca em evidencia todos os presidentes militares, citando-os, o autor escreve sobre as lutas sociais e os grandes feitos durante o regime militar, bem como as obras grandiosas e o silêncio que imperava contra a repressão, e ainda a crise que leva ao fim o período militar que culmina com a luta pelas eleições para Presidente.

Em todo o conteúdo do livro didático que fala sobre o período o autor usa no conteúdo da revisão, perguntas objetivas que exigem respostas diretas, solicita apenas que o aluno cite algumas realizações de cada um dos presidentes. A única sugestão de pesquisa é escrever sobre a vida de Tancredo Neves. Sugere algumas ideias de leitura complementar com livros de outros autores.

História e Consciência do Brasil da independência aos dias atuais, Gilberto Cotrim, 9ª edição, SP, Editora Saraiva, 1997. Na apresentação o autor escreve que havia um grande desencontro entre alunos e livros de História do Brasil e que essa coleção pretende superar esse desencontro, ao “escrever um livro com enfoque moderno, crítico e atualizado, contra os exploradores e corruptos,” que desenvolva a reflexão histórica e estimule nossa participação na realidade social. O autor reservou o

capítulo 14 para a Ditadura Militar, com 17 páginas, no início do capítulo coloca a construção da ponte Rio - Niterói, e comenta em cinco parágrafos a instalação do regime militar, a seguir uma página para cada governo militar, e seus feitos, dois parágrafos para a economia e as lutas populares, comenta do AI 5, de Médici e a abertura política do Presidente Figueiredo quando as lutas pelo fim dos desmandos militares o leva a assumir compromisso pela abertura. No fim do capítulo há um texto para reflexão de “Dom Evaristo, Brasil: nunca mais”, faz um balanço sócio econômico do período com alguns temas como: alimentação, educação, comunicação, energia, concentração de renda, terras e transportes, enaltecendo as grandes construções. E por último uma revisão dos pontos chaves com perguntas diretas sobre temas definidos, como inflação – De que modo o governo pretendia acabar com a inflação? Solicitando que se faça um debate com os pontos positivos e negativos do período.

5.-Conclusão.

Para identificar as influências políticas nos conteúdos dos livros didáticos em função das mudanças na grade curricular da disciplina de história nos períodos descritos. A investigação em razão dos objetivos buscou analisar como essas transformações ocorreram? Que influências essas mudanças tiveram sobre o currículo? Como essas transformações influenciaram o livro didático? Partindo da amostra, dos livros didáticos das décadas de 1970 a 1990, adotadas por duas escolas. Primeiramente a Escola de 1º e 2º Graus “Júlio Muller” por segundo a Escola de 1º e 2º Graus “Alfredo Jose da Silva”.

Para responder o objetivo quanto às transformações políticas ocorridas durante o período estudado, detectamos que a forma de governo mudou de democrático, para ditadura militar, os presidentes eram escolhidos dentre a alta cúpula do exército, e durante todo o período os governantes buscavam firmar-se no poder através da força do silêncio do povo.

A política educacional dos governos militares, (1964-1985) imperava o autoritarismo, com reformas institucionais, onde a necessidade de legitimar o domínio, a qualificação da sociedade estabelecida, bem como, o poder político, onde os apelos constantes do governo à democracia e à liberdade, a erradicação da pobreza, ficava apenas na retórica, na realidade a política era para manter ou mesmo aumentar os índices de pobreza, na educação o discurso era favorável a erradicação do analfabetismo, e valorização e expansão da educação escolar, quando na realidade o setor era exposto a maior penalização, e forte repressão política, insuficiência de verbas, e desvios de fundos públicos destinados à educação.

As marcas dos movimentos das políticas governamentais no sistema educacional, tornou-se válido e alguns aspectos históricos das principais mudanças educacionais e, principalmente, curriculares e suas influências nos livros didáticos adotados.

Entretanto, as transformações políticas influenciaram o currículo e o livro didático ao processar a interferência do poder nas políticas educacionais que pode ser comprovado pelas pesquisas feitas, como dar ensino e preparar a população

estudantil para o trabalho que cumpriria a meta do regime que adotou o tecnicismo para o momento. Na referida pesquisa, foram colocadas os fatos já acontecidos, que mostraram esse controle pela política educacional levando as mudanças do currículo e na adoção de livros didáticos condizentes com o desejo da elite dominante.

Para comprovar este contexto analisou-se livros didáticos e verificamos que na década de 70, com uma política de mudança na educação da disciplina de história quanto a carga horária e em seu lugar cria-se as matérias de Educação Moral e Cívica, Organização Política Brasileira, e Estudos dos Problemas Brasileiros, com materiais escolares previamente aprovados pela Comissão Nacional de Moral e Civismo, adequados aos interesses da ditadura militar, com ênfase ao patriotismo e aos deveres cívicos, usando-os como instrumento ideológico poderoso para a manutenção da ordem.

Nas décadas posteriores, em 80, detectou-se a abertura quanto ao assunto da ditadura militar, mas, ainda dominada pela Lei de Diretrizes Bases 5692/71, com algumas alterações com a LDB de 7044/82, insuficientes para trazer mudanças visíveis sobre um momento que deixou marcas e uma das grandes contradições do regime: Produzir mecanismos de desenvolvimento acelerado de acumulação de capital e garantir educação de qualidade para todos, pois, as formas de distribuição do livro didático passaram por grandes processos de ajustes durante esses anos e escolas de cidades menos populosas não os recebiam e quem mais sofreu foi o setor de educação fundamental que enfrentou graves problemas proveniente das mudanças que o país apresentou, principalmente quanto a escassez dos materiais didáticos.

Já, na década de 90, verificou-se que os livros didáticos produzidos e distribuídos pelo governo, mesmo não privilegiando todas as escola no início, logo depois tornando-se obrigatório, pela política do livro didático e a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) a 9394/96, passa por um processo de alterações de conteúdo de acordo com a política desenvolvida no momento que é que o aluno tenha o domínio das noções de diferença, semelhança, transformação e permanência para relações e, ainda no processo de distinguir e analisar, para adquirir novos domínios cognitivos e aumentar o seu conhecimento sobre si mesmo, seu grupo, sua região, seu país, o mundo e outras formas de viver, outras práticas sociais, culturais, políticas e econômicas construídas por diferentes povos.

6.-Referências.

Aranha, M.L.A. (2006). *História da Educação*, 2ª Ed. Rev. Atual. São Paulo: Moderna.

Constituição Federal. (1988). Constituição Federativa do Brasil. Senado Federal. Brasília: Centro Gráfico.

Lei de Diretrizes e Bases da educação. (1961) LDBEM de 20 de dezembro de 1961, art. 33 e posteriores, sobre a educação média, com matérias obrigatórias e optativas. Brasília: MEC.

- Lei de Diretrizes e Bases da educação. (1968). Lei nº 5540 de 1968, art. 11, 16, *Lei da Reforma Universitária*, Brasília: MEC.
- Lei de Diretrizes e Bases da educação. (1971). Lei nº 5692, De 11 de agosto de 1971. *Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências*. Brasília: MEC.
- Lei de Diretrizes e Bases da educação. (1996). Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, *Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC.
- Proposta do Ministério da Educação e Cultura. (1998). *Formação Pedagógica*. Brasília: MEC.
- Parecer do Ministério da Educação e Cultura. (1971). Conselho Federal de Educação, *Parecer no 853/71, C.E. Su. 1o e 2o graus*. Brasília: MEC.
- Cardoso, C.F., Ronaldo V. (1997). *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus.
- Chiavenato, J.J. (1994). *O Golpe de 64 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Moderna.
- Cotrim, G.V. (1982). *OSP, Organização Social e Política do Brasil 1º Grau*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva.
- Cotrim, G. (1997). *História e Consciência do Brasil. 2º Grau*, 1ª ed. São Paulo: Editora Saraiva.
- Espíndola, A.L. (2006). *História da Educação: História do Brasil, a infância na República*. Cuiabá: EDUFMT.
- Faria, R.M. (1989). *História 2*. Belo Horizonte: Editora Lê.
- Febvre, L. (1992). *O Aparecimento do Livro*. São Paulo: Unesp.
- Febvre, L. (2000). *Reinventar a Escola*, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Sampieri, A.F., et al. (2006). *Metodología de la Investigación*. 4ª ed. México: McGraw-Hill.
- Franco, M.L.P.B. (1982). *O livro didático de História no Brasil. A versão fabricada*. São Paulo: Global.
- Freire, P. (2011). *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 43ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (2011). *Ação Cultural para a Liberdade*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do Oprimido*. 42ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Germano, J.W. (1993). *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez.
- Groth, L.L.B. (1979). *Educação Moral e Cívica*. 3ª ed. São Paulo: Editora Nacional.
- Hermida, Borges. (1996). *História do Brasil Império e República*. São Paulo: Editora FTD.
- Marques, A.M. (1994). *História: Os caminhos do Homem*. Belo Horizonte: Editora Lê.
- Posner, G.J. (2000). *Análises de Currículo*. México: McGRAW-HILL.
- Saviano, D. (2002). *Política e Educação no Brasil*. 5ª ed. Revista. Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados.
- Silva, F.A. (1992). *História do Brasil: Colônia, Império, República* 1ª ed. São Paulo: Moderna.
- Triviños, A.N.S. (1987). *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Vicentino, C. (1995). *História Memória Viva Brasil Período Imperial e Republicano*. São Paulo: Editora Scipione.
- Zotti, S.A. (2004). *Sociedade, Educação e Currículo no Brasil dos Jesuítas aos anos 80*. Campinas, São Paulo: Autores associados.